

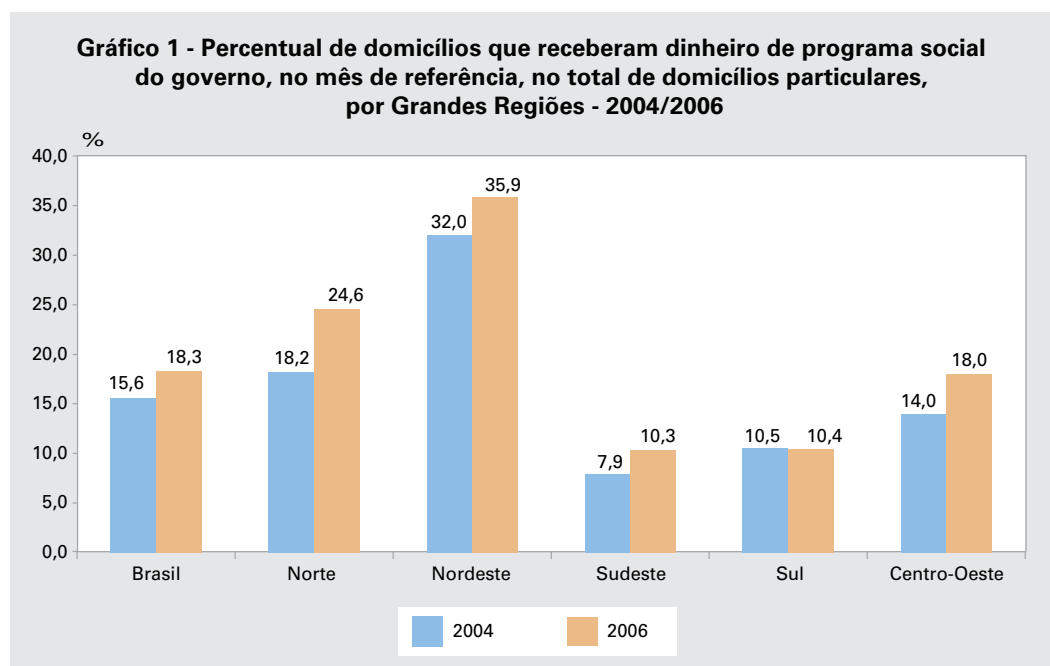
Comentários

Dentre os programas sociais governamentais, das esferas federal, estadual e municipal, encontram-se aqueles que visam a dar suporte às unidades domiciliares com rendimentos mais baixos por meio de transferência em dinheiro. A investigação através da PNAD 2006 teve por objetivo captar o recebimento de dinheiro por algum morador do domicílio pesquisado. Foram registradas transferências monetárias a partir de qualquer programa governamental, sendo que foram direcionadas perguntas para o Programa Bolsa-Família, o Benefício Assistencial de Prestação Continuada e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. Os valores possíveis para essas transferências são diversos. Exemplificando: o benefício regular do Programa Bolsa-Família podia variar desde R\$ 50,00 a R\$ 95,00 por unidade familiar, em 2006; o recebimento do Benefício Assistencial de Prestação Continuada era de R\$ 350,00 para cada pessoa contemplada. Além disso, de acordo com a legislação, em um grupo familiar pode existir mais de uma pessoa recebendo programa social, pois o fato de existir uma pessoa recebendo, por exemplo, o Benefício Assistencial de Prestação Continuada não impede que outro idoso ou portador de deficiência física residente no mesmo domicílio solicite e passe a receber esse benefício. Esta situação é consequência de que o recebimento de um programa social não é incluído no cômputo do rendimento familiar, que é usado como parâmetro para determinar a inclusão ou não de outro morador, ou da família, como beneficiário de outro programa.

O acesso a transferências de rendimentos de programas sociais governamentais foi investigado em 2006, segundo a mesma lógica do levantamento realizado como tema suplementar da PNAD 2004. No entanto, a comparação com resultados daquele ano deve ser feita com cautela,

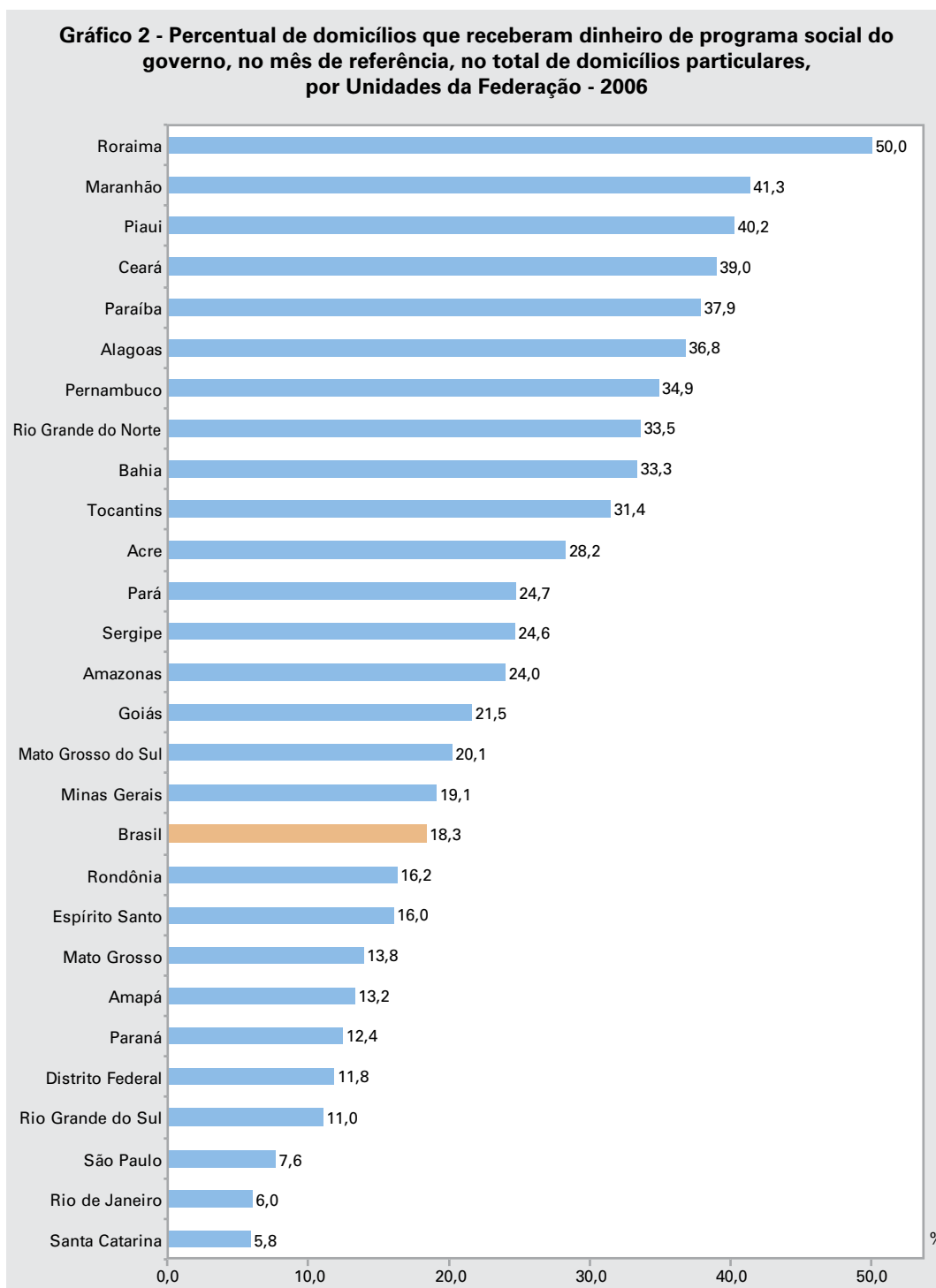
pois, naquele ano, o Programa Bolsa-Família encontrava-se em processo de implantação e, tendo em vista que um dos seus objetivos foi unificar a gestão e a execução dos programas sociais de transferência de dinheiro, as pessoas poderiam, por desconhecimento dessa unificação, reportar recebimentos como provenientes daqueles programas aos quais estavam vinculadas anteriormente. No presente texto, as comparações com 2004 são realizadas levando-se em conta esse aspecto e não contemplam o confronto de programas específicos. Nesse mesmo sentido, a leitura dos números, do ano 2006, referentes ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil deve levar em conta o processo em curso, e iniciado naquele ano, que tem por objetivo integrar ações desse programa, assim como os benefícios, àqueles do Programa Bolsa-Família.

Do total estimado de 54,7 milhões de domicílios particulares a partir da PNAD 2006, em cerca de 10 milhões houve recebimento de dinheiro de programa social do governo, o que correspondia a 18,3% dos domicílios particulares do País. Esse percentual, em 2004, era de 15,6%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

Na observação regional, os percentuais mais elevados de domicílios em que houve recebimento monetário de programa social por algum morador em 2006 foram registrados no Nordeste (35,9%) e Norte (24,6%). Também, em 2004, as parcelas de domicílios com recebimento de dinheiro de programas foram maiores no Nordeste (32,0%) e Norte (18,2%), seguidas pelo Centro-Oeste (14%). Essa ordenação foi mantida em 2006, com o Centro-Oeste alcançando 18%, sendo que a proporção registrada na Região Sudeste se ampliou de 7,9% (2004) para 10,3% (2006), o que a aproximou da participação observada no Sul (10,5%, em 2004, e 10,4%, em 2006). Assim, excetuando-se o Sul, onde se observou estabilidade desses percentuais, em todas as demais regiões foram observados crescimentos, de 2004 para 2006, da parcela de domicílios em que houve recebimento de programas sociais por algum morador.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Em referência às Unidades da Federação, observaram-se os maiores percentuais de domicílios com recebimento de programa em Roraima (50,0%), Maranhão (41,3%) e Piauí (40,2%). São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina registraram percentuais de moradias na condição de existência de recebimentos inferiores a 10% (7,6%, 6,0% e 5,8%, respectivamente).

Tabela 2 - Domicílios particulares, por Grandes Regiões e tipo de programa social do governo, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência - 2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência	Domicílios particulares (1 000 domicílios)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
	Total					
Total	54 679	3 778	13 812	24 559	8 558	3 971
Houve	10 022	930	4 961	2 529	888	713
Não houve	44 642	2 849	8 851	22 027	7 657	3 258
Sem declaração	15	-	-	3	13	-
	Bolsa-Família					
Houve	8 126	733	4 320	2 009	685	378
Não houve	46 541	3 045	9 492	22 548	7 863	3 593
Sem declaração	13	-	-	2	10	-
	Benefício Assistencial de Prestação Continuada - BPC					
Houve	1 213	142	541	308	100	122
Não houve	53 464	3 636	13 271	24 249	8 458	3 850
Sem declaração	2	-	-	2	-	-
	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI					
Houve	267	31	144	26	34	31
Não houve	54 410	3 747	13 668	24 530	8 525	3 940
Sem declaração	2	-	-	2	-	-
	Outro programa social					
Houve	1 203	116	344	359	117	266
Não houve	53 471	3 662	13 468	24 197	8 438	3 705
Sem declaração	5	-	-	3	2	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Nota: Em um mesmo domicílio pode haver recebimento de dinheiro de mais de um programa social de transferência de renda do governo.

Do ponto de vista dos contingentes de domicílios em que houve recebimento de programas em 2006, os destaques são as Regiões Nordeste (4,9 milhões) e Sudeste (2,5 milhões), que juntas responderam por 74,7% do total dos domicílios em que existiu recebimento de dinheiro de programa social. Cabe destacar que isso resulta de que a proporção de domicílios particulares do Nordeste correspondeu a 25,3% do total do País (segunda região mais populosa) e que o percentual de unidades domiciliares daquela região em que houve recebimento de programa social foi de 35,9% (o mais elevado entre as regiões). Já no Sudeste esse percentual de domicílios em que houve recebimento foi de 10,3% (o mais baixo), mas essa é a região brasileira mais populosa, tendo respondido por 44,9% dos domicílios particulares brasileiros, em 2006.

Foi na Região Nordeste que se verificaram os maiores contingentes de domicílios que reportaram os programas investigados. O Sudeste foi, claramente, onde se observaram os segundos maiores quantitativos em referência a todos os programas, exceto ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em que todas as regiões, a menos do Nordeste (cerca de 144 mil), apresentaram contingentes de atendimento em patamares próximos (entre 26 e 33 mil).

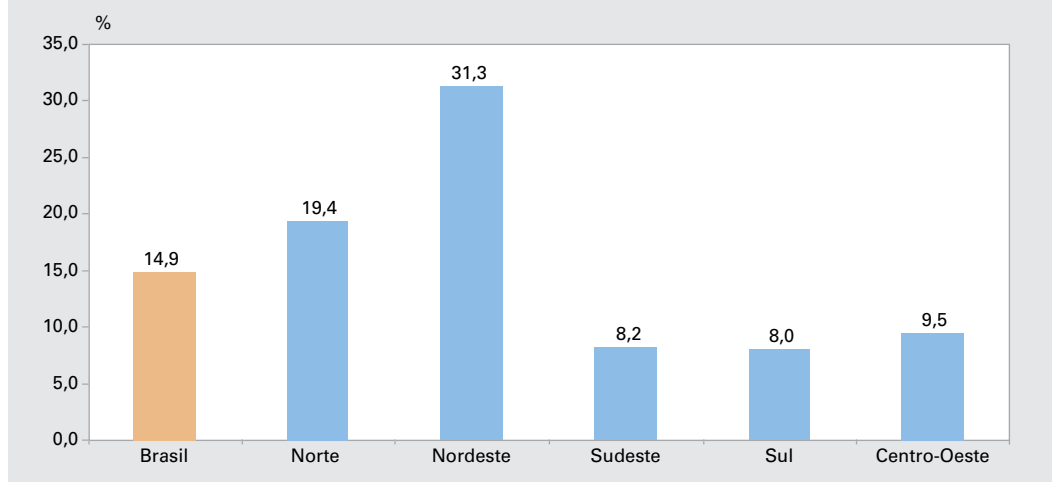
Tabela 3 - Distribuição dos domicílios particulares, por Grandes Regiões e tipo de programa social do governo, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência - 2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência	Distribuição dos domicílios particulares (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Houve	18,3	24,6	35,9	10,3	10,4	18,0
Não houve	81,6	75,4	64,1	89,7	89,5	82,0
Sem declaração	0,0	-	-	0,0	0,2	-
Bolsa-Família						
Houve	14,9	19,4	31,3	8,2	8,0	9,5
Não houve	85,1	80,6	68,7	91,8	91,9	90,5
Sem declaração	0,0	-	-	0,0	0,1	-
Benefício Assistencial de Prestação Continuada - BPC						
Houve	2,2	3,8	3,9	1,3	1,2	3,1
Não houve	97,8	96,2	96,1	98,7	98,8	96,9
Sem declaração	0,0	-	-	0,0	-	-
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI						
Houve	0,5	0,8	1,0	0,1	0,4	0,8
Não houve	99,5	99,2	99,0	99,9	99,6	99,2
Sem declaração	0,0	-	-	0,0	-	-
Outro programa social						
Houve	2,2	3,1	2,5	1,5	1,4	6,7
Não houve	97,8	96,9	97,5	98,5	98,6	93,3
Sem declaração	0,0	-	-	0,0	0,0	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Nota: Em um mesmo domicílio pode haver recebimento de dinheiro de mais de um programa social de transferência de renda do governo.

Gráfico 3 - Percentual de domicílios que receberam dinheiro do Programa Social Bolsa-Família, no mês de referência, por Grandes Regiões - 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Em 2006, comparando os três programas investigados em destaque e mais o somatório dos registros de outros programas, observou-se a marcante supremacia do

Programa Bolsa-Família que foi referido por 14,9% do total de domicílios no País, ou seja, por um contingente de 8,1 milhões de domicílios. O recebimento do Benefício Assistencial de Prestação Continuada se deu em 2,2% e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em 0,5% dos domicílios. O agrupamento de outros programas de governo foi citado por 2,2% dos domicílios. No contexto de cada uma das cinco regiões brasileiras, os percentuais de domicílios em que houve rendimentos a partir do Programa Bolsa-Família foram superiores aos dos demais programas, com destaque de maior diferença relativa entre aquele programa e os demais nos casos do Norte e Nordeste. O Centro-Oeste foi a região em que a proporção do agrupamento de outros programas mais se aproximou da atribuída ao Programa Bolsa-Família, sendo mais que o dobro da referente ao Benefício Assistencial de Prestação Continuada. Em referência a esse último, observaram-se dois patamares de percentuais de domicílios em que houve recebimento, um primeiro para Norte (3,8%), Nordeste (3,9%) e Centro-Oeste (3,1%) e um segundo, mais baixo, para o Sudeste (1,3%) e o Sul (1,2%).

Tabela 4 - Rendimento médio mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, e o tipo de programa social do governo - 2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, e tipo de programa social do governo	Rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> dos domicílios particulares (R\$)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	601	402	361	727	694	662
Houve	172	177	145	200	197	231
Bolsa-Família	149	154	129	175	175	190
Benefício Assistencial de Prestação Continuada - BPC	302	283	265	345	323	360
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	147	158	131	169	170	170
Outro programa social	198	192	160	210	217	224
Não houve	699	475	483	790	753	757

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Notas: 1. Em um mesmo domicílio pode haver recebimento de dinheiro de mais de um programa social de transferência de renda do governo.

2. Excluídas as informações dos domicílios sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*.

(1) Inclusive as informações dos domicílios sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência.

As transferências de rendimentos através dos programas sociais têm como principal foco alcançar os grupos familiares com rendimentos mais baixos. A observação do rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, estimado em 2006 para o total dos domicílios particulares (R\$ 601,00), o estimado para aqueles em que houve recebimento de dinheiro de programa (R\$ 172,00) e para os que não foram atendidos pelos programas investigados (R\$ 699,00) confirma essa característica dessa política social. Nas regiões, esse comportamento se repetiu, cabendo destacar que os rendimentos médios mensais domiciliares *per capita* foram mais baixos no Nordeste (R\$ 361,00), onde, tanto o percentual quanto o contingente de domicílios que referiram recebimento de dinheiro de programa foram os maiores. Naquela região, essas médias de rendimentos eram R\$ 145,00 onde houve recebimento, e R\$ 483,00 onde não houve. Os resultados de 2004, também, ratificavam o critério de mais baixos rendimentos para a escolha dos beneficiários dos programas uma vez que a média

dos rendimentos reais domiciliares *per capita* do total era R\$ 524,00, dos domicílios em que houve algum morador com recebimento de dinheiro de programa era R\$ 144,00 e o dos domicílios onde não houve recebimento era R\$ 598,00. Vale observar que em termos reais os rendimentos médios apresentaram ganhos nos três conjuntos analisados, destacando-se o ganho dos rendimentos médios quando considerados os domicílios com recebimento de dinheiro de programas (19,4%). O crescimento real do rendimento médio *per capita* do total e das moradias em que não houve recebimento de dinheiro de programa foram de 14,7% e 16,9%, respectivamente.

Os rendimentos médios domiciliares *per capita*, no País, foram mais elevados (R\$ 302,00) nos domicílios que possuíam moradores que receberam dinheiro do programa Benefício Assistencial de Prestação Continuada, tendo em vista o benefício ser equivalente a 1 salário mínimo (R\$ 350,00, em 2006), bastante superior, portanto, ao benefício regular máximo do Programa Bolsa-Família, o mais freqüente, que tinha o valor de R\$ 95,00. O segundo maior rendimento médio (R\$ 147,00) foi observado no agrupamento outro programa social, em que estão quaisquer outros benefícios monetários proporcionados por qualquer que seja a esfera de governo, federal, estadual ou municipal. A relação entre os rendimentos médios dos domicílios onde havia recebimento e daqueles onde não havia foi mais próxima no Norte e Nordeste, regiões em que se observaram os menores rendimentos médios para o total dos domicílios.

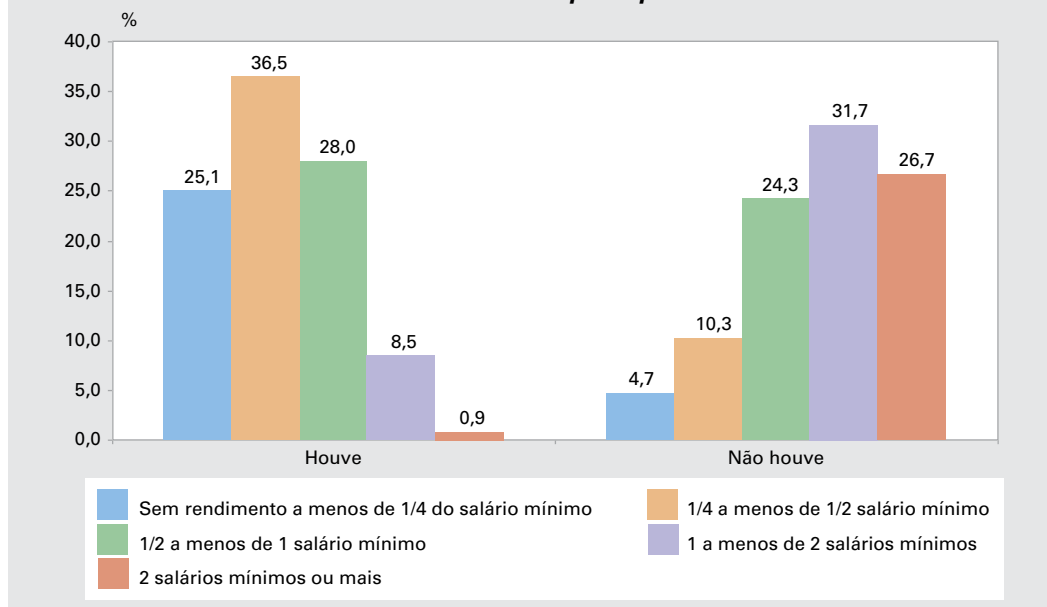
Tabela 5 - Distribuição dos domicílios particulares, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - 2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Distribuição dos domicílios particulares (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 1/4 do salário mínimo (1)	7,5	10,9	18,2	3,0	3,3	4,3
1/4 a menos de 1/2 salário mínimo (1)	15,1	23,3	24,6	10,4	9,9	14,3
1/2 a menos de 1 salário mínimo (1)	25,0	29,7	25,9	23,8	23,5	27,4
1 a menos de 2 salários mínimos (1)	27,4	21,9	19,2	30,7	33,3	29,1
2 salários mínimos ou mais (1)	21,9	12,4	9,9	27,8	28,3	22,5
Sem rendimento (1) (2)	0,9	0,9	0,9	1,0	0,7	1,1
Sem declaração (1)	2,1	0,9	1,2	3,3	1,0	1,2
Houve	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 1/4 do salário mínimo	25,1	22,0	34,2	15,1	16,5	11,2
1/4 a menos de 1/2 salário mínimo	36,5	39,1	37,0	36,6	34,0	31,9
1/2 a menos de 1 salário mínimo	28,0	28,0	21,4	35,0	37,4	38,0
1 a menos de 2 salários mínimos	8,5	9,1	5,7	11,0	10,3	16,1
2 salários mínimos ou mais	0,9	0,7	0,6	1,1	1,0	2,1
Sem rendimento (2)	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	1,0	1,1	1,1	1,1	0,8	0,7
Não houve	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 1/4 do salário mínimo	3,6	7,2	9,3	1,6	1,7	2,8
1/4 a menos de 1/2 salário mínimo	10,3	18,1	17,7	7,4	7,1	10,4
1/2 a menos de 1 salário mínimo	24,3	30,2	28,5	22,5	21,9	25,1
1 a menos de 2 salários mínimos	31,7	26,1	26,7	32,9	36,0	31,9
2 salários mínimos ou mais	26,7	16,2	15,1	30,9	31,5	27,0
Sem rendimento (2)	1,1	1,2	1,5	1,1	0,7	1,4
Sem declaração	2,4	0,9	1,3	3,6	1,1	1,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência. (2) Inclusive os domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios.

Gráfico 4 - Distribuição dos domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Do total de domicílios em que houve recebimento monetário de programa por algum morador, em 25,1% das moradias os rendimentos mensais domiciliares *per capita* eram inferiores a 1/4 de salário mínimo; em 61,6% os rendimentos correspondiam a até 1/2 salário mínimo; e em 89,6% os rendimentos mensais domiciliares *per capita* eram inferiores a 1 salário mínimo, mais uma vez denotando a prioridade para atribuição dos recursos dos programas aos domicílios com mais baixos rendimentos.

Tabela 6 - Percentual de domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, no total de domicílios particulares, por Grandes Regiões, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - 2006

Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Percentual de domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, no total de domicílios particulares (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	18,3	24,6	35,9	10,3	10,4	18,0
Sem rendimento a menos de 1/4 do salário mínimo (2)	54,3	46,0	64,2	39,0	43,9	37,0
1/4 a menos de 1/2 salário mínimo	44,3	41,3	54,0	36,2	35,5	40,2
1/2 a menos de 1 salário mínimo	20,6	23,3	29,6	15,2	16,5	24,9
1 a menos de 2 salários mínimos	5,7	10,2	10,7	3,7	3,2	10,0
2 salários mínimos ou mais	0,7	1,3	2,1	0,4	0,4	1,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*. (2) Inclusive os domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios.

Um outro indicador que contribui para a compreensão da variável rendimento e sua relação com a condição de recebimento de programa social é a proporção de domicílios nos quais houve tais benefícios em cada faixa de rendimento. No País em 2006, do total de domicílios sem rendimentos e com rendimento domiciliar *per capita* inferior a ¼ de salário mínimo, houve recebimento de dinheiro de programa social em 54,3% deles. No Nordeste, esse percentual foi de 64,2%, oscilando, nas demais regiões, entre 37,0% (Centro-Oeste) e 46,0% (Norte). Se os rendimentos *per capita* domiciliares foram de 1 a menos de 2 salários mínimos, houve recebimento de programa em 5,7% dessas moradias. Quando o rendimento foi igual ou superior a 2 salários mínimos, em 0,7% dos domicílios houve recebimento.

Tabela 7 - Percentual de domicílios com algumas características no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, e as características existentes nos domicílios - 2004/2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, e características existentes nos domicílios	Percentual de domicílios com algumas características no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2004						
Houve						
Abastecimento de água de rede geral	69,0	53,2	63,6	81,0	75,8	78,1
Esgotamento sanitário adequado	42,4	34,7	33,3	66,8	50,7	25,5
Coleta de lixo	66,0	60,5	56,8	80,3	73,8	83,5
Iluminação elétrica	92,9	85,3	90,9	97,2	96,9	96,9
Telefone	34,9	31,6	24,1	45,7	52,7	57,3
Não houve						
Abastecimento de água de rede geral	84,7	55,6	77,7	92,4	84,8	79,0
Esgotamento sanitário adequado	73,9	54,0	51,3	88,7	79,3	44,1
Coleta de lixo	88,3	73,2	76,0	95,4	89,0	87,2
Iluminação elétrica	97,6	90,5	93,8	99,6	99,1	97,6
Telefone	71,2	51,8	49,7	78,6	81,5	75,3
2006						
Houve						
Abastecimento de água de rede geral	71,3	54,3	66,3	83,2	77,9	78,3
Esgotamento sanitário adequado	46,3	36,5	35,0	72,1	58,8	30,1
Coleta de lixo	70,8	67,7	60,7	84,6	79,8	85,3
Iluminação elétrica	94,7	88,6	92,8	98,7	97,9	98,2
Telefone	50,9	47,0	38,6	63,3	70,9	71,9
Não houve						
Abastecimento de água de rede	85,9	56,7	80,0	93,0	85,6	79,8
Esgotamento sanitário adequado	76,0	57,2	56,1	89,4	79,7	47,6
Coleta de lixo	90,2	78,8	79,5	96,1	90,5	88,4
Iluminação elétrica	98,4	93,1	95,7	99,7	99,4	98,6
Telefone	79,8	64,1	61,9	85,7	87,8	83,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

A Tabela 7 propicia comparar os perfis em 2004 e 2006 dos domicílios brasileiros em que existiu recebimento de programa com o daqueles onde não houve, segundo a existência de abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a coleta de lixo, a energia elétrica e o telefone, itens importantes para assegurar saúde, conforto, lazer e comunicação adequada à população investigada. Para todas essas características, tanto em 2004 quanto em 2006, os melhores indicadores foram observados para o conjunto dos domicílios em

que não houve recebimento de programas, o que é coerente com o fato de terem auferido maiores rendimentos. Em 2006, do total dos domicílios em que houve recebimento de programa no País, em 71,3% existia o abastecimento de água de rede geral, em 46,3%, o esgotamento sanitário (inclui rede geral e fossa séptica), em 70,8% existia a coleta de lixo, em 94,7%, a iluminação elétrica e em 50,9%, o telefone. Esses percentuais, dentre aqueles que não receberam programa, foram, respectivamente: 85,9%; 76,0%; 90,2%; 98,4%; e 79,8%. Todos os indicadores apresentados apresentaram melhores resultados em 2006 frente a 2004 no Brasil e nas cinco regiões. Relativamente, os melhores desempenhos nesse sentido foram observados na comparação temporal dos percentuais referentes aos domicílios em que houve recebimento de dinheiro de programa social. Foi destaque o crescimento da participação de domicílios com telefone, que passou de 34,9%, em 2004, para 50,9%, em 2006.

Tabela 8 - Percentual de domicílios com alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, e os bens duráveis existentes nos domicílios - 2004/2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, e bens duráveis existentes nos domicílios	Percentual de domicílios com alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2004						
Houve						
Geladeira	72,1	66,0	61,6	86,8	87,7	87,2
Freezer	6,1	7,9	2,7	5,6	21,9	7,8
Máquina de lavar roupa	7,6	7,6	2,2	13,2	20,2	10,2
Rádio	81,7	69,5	79,3	87,5	90,2	80,8
Televisão	82,5	73,3	78,7	90,2	87,8	87,6
Microcomputador	1,4	0,7	0,7	2,5	1,8	2,4
Não houve						
Geladeira	90,3	76,7	75,1	96,4	95,9	91,0
Freezer	19,3	15,9	8,6	18,4	35,4	20,7
Máquina de lavar roupa	39,6	20,1	14,2	49,2	55,0	28,6
Rádio	89,0	73,8	81,3	93,0	94,1	85,8
Televisão	91,8	80,7	83,2	96,1	94,6	90,2
Microcomputador	19,2	8,2	9,8	23,8	22,7	17,0
2006						
Houve						
Geladeira	76,6	72,0	65,8	90,2	91,6	90,5
Freezer	6,3	9,3	2,8	5,9	20,6	9,8
Máquina de lavar roupa	10,2	9,2	3,7	17,5	24,3	13,4
Rádio	81,6	69,2	79,1	87,4	92,1	81,4
Televisão	87,9	81,2	84,9	93,9	91,6	90,9
Microcomputador	3,1	1,8	1,5	5,6	5,2	4,5
Não houve						
Geladeira	92,0	80,2	79,0	96,8	97,1	93,3
Freezer	18,7	15,8	8,5	17,3	34,5	21,5
Máquina de lavar roupa	43,6	22,1	16,5	53,8	57,7	34,4
Rádio	89,3	76,4	81,8	92,6	94,5	86,1
Televisão	94,2	86,2	87,9	97,2	96,1	93,5
Microcomputador	26,4	12,5	14,3	31,9	30,5	23,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

A posse de bens duráveis é outro elemento intrinsecamente relacionado aos rendimentos, assim como o acesso à alimentação saudável, ao lazer, ao conforto, a informação e a comunicação pelas unidades domiciliares. Em 2006, os maiores percentuais de existência de geladeira (92,0%), *freezer* (18,7%), máquina de lavar roupa (43,6%), rádio (89,3%), televisão (94,2%) e microcomputador (26,4%) foram observados nos domicílios em que não houve recebimento de dinheiro de programa social. Esse panorama repetiu aquele observado em 2004. Houve melhoria em todos esses indicadores em relação a 2004, tanto no Brasil quanto regionalmente, a exceção do *freezer*. Os maiores crescimentos relativos foram, em geral, nos domicílios em que houve recebimento de programa. A forte expansão do percentual da existência de microcomputadores nos domicílios em que não houve recebimento de programa se constituiu numa exceção, pois passou de 17,0%, em 2004, para 23,9%, em 2006.

Tabela 9 - Número médio de moradores em domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência - 2004/2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência	Número médio de moradores em domicílios particulares permanente					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2004						
Total (1)	3,5	4,0	3,9	3,3	3,3	3,4
Houve	4,8	5,5	4,9	4,8	4,5	4,3
Não houve	3,3	3,7	3,3	3,2	3,1	3,2
2006						
Total (1)	3,4	4,0	3,7	3,2	3,2	3,3
Houve	4,6	5,1	4,7	4,5	4,4	4,2
Não houve	3,2	3,6	3,2	3,1	3,1	3,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

(1) Inclusive os moradores em domicílios sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo.

Em geral, dentre os domicílios com menores rendimentos *per capita* é encontrada incidência marcante daqueles com maior número de moradores, tendo em vista a relação de dependência econômica de parte dos moradores (muitas vezes concentrada em crianças e adolescentes e com alguma inclusão de idosos) em relação àquelas pessoas residentes que provêm recursos. Esse aspecto torna relevante a análise do número médio de moradores nas unidades domiciliares. Em 2006, o número médio de moradores no total de domicílios particulares foi de 3,4, sendo que naqueles em que houve recebimento de programa esse número foi de 4,6 e onde não houve, foi de 3,2. Nas Regiões Norte e Nordeste, regiões em que os números médios de moradores em domicílios foram os maiores (respectivamente, 4,0 e 3,7), também foram maiores os números médios de moradores onde houve recebimento de programa (5,1 e 4,7) diante das demais regiões.

Entre os programas, para o Programa Bolsa-Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que, por definição, buscam atender a unidades domiciliares com crianças e adolescentes, foram registrados os maiores números médios de moradores: 4,8 e 5,2, respectivamente. A Região Norte que, conforme a PNAD 2006, apresentou a estrutura populacional etária mais jovem, apresentou os números médios de moradores mais elevados nos domicílios em que houve recebimento de qualquer

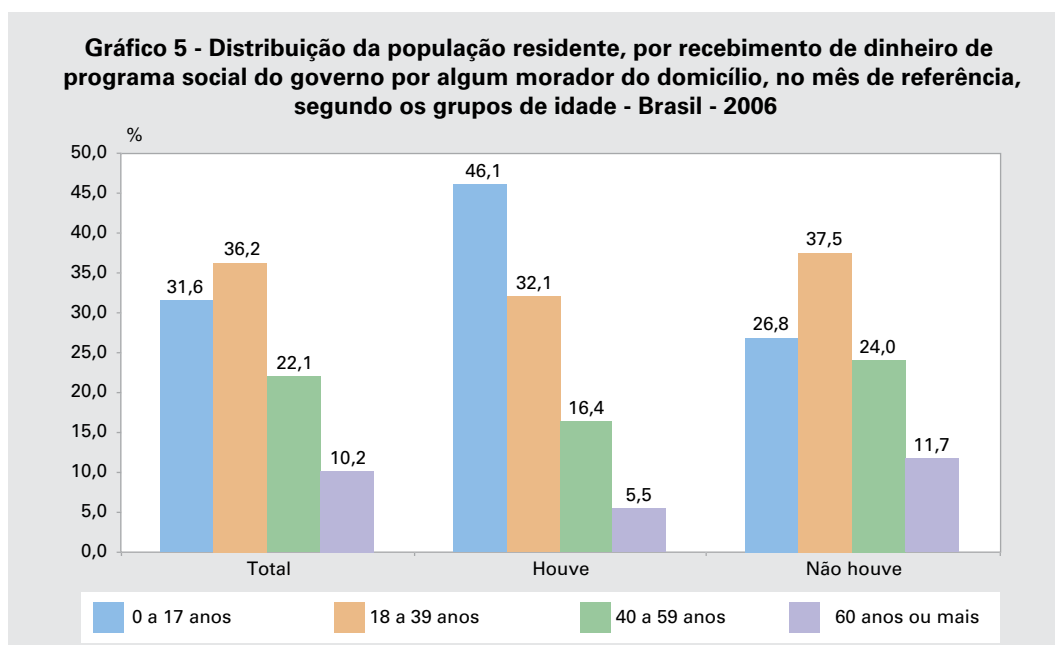
um dos programas investigados, destacando-se o Bolsa-Família (5,3) e o PETI (5,6). O Nordeste, no que se refere ao PETI, apresentou número médio de 5,4 moradores, mais próximo, portanto, daquele do Norte.

Tabela 10 - Número médio de moradores em domicílios particulares, por Grandes Regiões e tipo de programa social do governo, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência - 2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência	Número médio de moradores em domicílios particulares					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Bolsa-Família						
Houve	4,8	5,3	4,8	4,7	4,6	4,5
Não houve	3,2	3,7	3,3	3,1	3,1	3,2
Benefício Assistencial de Prestação Continuada - BPC						
Houve	4,0	4,5	4,2	3,7	3,6	3,4
Não houve	3,4	4,0	3,7	3,2	3,2	3,3
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI						
Houve	5,2	5,6	5,4	4,8	4,9	4,8
Não houve	3,4	4,0	3,7	3,2	3,2	3,3
Outro programa social						
Houve	4,5	5,0	4,6	4,5	4,0	4,2
Não houve	3,4	4,0	3,7	3,2	3,2	3,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Nota: Em um mesmo domicílio pode haver recebimento de dinheiro de mais de um programa social de transferência de renda do governo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Além dos rendimentos, a composição etária da população residente nos domicílios particulares é um aspecto relevante por estar associado aos critérios para a definição dos domicílios ou dos moradores dos domicílios que devem ser alvo dos programas investigados. Nesse sentido, a análise dessa estrutura dos moradores em

domicílios particulares, nos domicílios em que houve e naqueles em que não houve recebimento de dinheiro de programa social é de interesse no presente contexto. As crianças e adolescentes do grupo etário de 0 a 17 anos representavam, em 2006, 31,6% do total dos moradores em domicílios particulares, sendo que essa proporção era de 46,1% na estrutura etária dos moradores dos domicílios com recebimento de programa social. Esse dado é consistente com o fato que o programa mais freqüente dentre os investigados era o Programa Bolsa-Família, que é direcionado a famílias de rendimentos mais baixos e àquelas que, além de sofrer restrição monetária, tenham em sua composição crianças e adolescentes de até 15 anos de idade, nutrizes e gestantes. Em 2004, também, esse comportamento foi observado. O percentual de pessoas moradoras com até 17 anos de idade foi de 48,0% nos domicílios com recebimento de programa. A proporção foi de 33,0% no total dos domicílios.

Tabela 11 - Distribuição da população residente, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e os grupos de idade - 2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e grupos de idade	Distribuição da população residente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 9 anos (1)	16,5	21,6	18,6	14,7	15,1	16,7
10 a 19 anos (1)	18,8	21,7	20,8	17,2	17,7	19,3
10 a 17 anos (1)	15,0	17,6	16,7	13,6	14,3	15,5
18 ou 19 anos (1)	3,7	4,1	4,1	3,5	3,4	3,8
20 a 29 anos (1)	17,7	18,9	18,2	17,3	16,7	18,6
30 a 39 anos (1)	14,7	14,6	14,0	15,0	14,8	15,9
40 a 49 anos (1)	12,8	10,2	11,0	14,0	14,3	12,7
50 a 59 anos (1)	9,3	6,6	7,7	10,5	10,5	8,6
60 anos ou mais (1)	10,2	6,5	9,6	11,3	10,9	8,2
Houve	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 9 anos	23,1	25,5	22,6	23,6	23,5	20,4
10 a 19 anos	26,8	27,7	26,6	26,8	26,7	26,8
10 a 17 anos	23,0	24,0	22,4	23,2	23,9	23,6
18 ou 19 anos	3,8	3,7	4,2	3,6	2,8	3,2
20 a 29 anos	14,2	14,8	15,3	12,6	11,9	13,4
30 a 39 anos	14,1	13,6	13,4	14,8	15,0	15,7
40 a 49 anos	10,5	8,3	10,3	11,1	12,2	10,4
50 a 59 anos	5,9	4,8	6,3	5,7	5,9	6,0
60 anos ou mais	5,5	5,2	5,5	5,3	4,8	7,3
Não houve	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 9 anos	14,4	19,9	15,3	13,2	13,7	15,7
10 a 19 anos	16,1	18,9	16,1	15,5	16,1	17,1
10 a 17 anos	12,4	14,7	12,0	12,0	12,6	13,1
18 ou 19 anos	3,7	4,2	4,1	3,5	3,5	3,9
20 a 29 anos	18,8	20,7	20,5	18,1	17,5	20,1
30 a 39 anos	15,0	15,0	14,4	15,1	14,8	16,0
40 a 49 anos	13,6	11,0	11,7	14,5	14,6	13,4
50 a 59 anos	10,4	7,4	9,0	11,3	11,3	9,3
60 anos ou mais	11,7	7,1	13,0	12,3	12,0	8,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

(1) Inclusive a população sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência.

No total dos domicílios, o Sul e Sudeste mostraram populações claramente mais envelhecidas frente às do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No entanto, as estruturas etárias dos moradores nos domicílios em que houve recebimento de programas possuíam composição homogêneas entre as regiões, refletindo o atendimento prioritário, pelos programas investigados, aos domicílios em que vivia a população mais jovem.

A participação de moradores com até 9 anos de idade foi de 16,5% no total dos domicílios, de 23,1% quando houve recebimento de programa e de 14,4% quando não houve. Esses percentuais no caso de moradores com idade de 10 a 17 anos foram de, respectivamente, 15,0%, 23,0% e 12,4%. Todos os percentuais observados para todas as faixas etárias mais elevadas nos domicílios em que houve recebimento de dinheiro de programa foram inferiores àqueles dos outros dois grupamentos de domicílios, o que ratificou o perfil mais jovem da população alvo dos programas mais freqüentes. Nas regiões, o quadro observado foi similar.

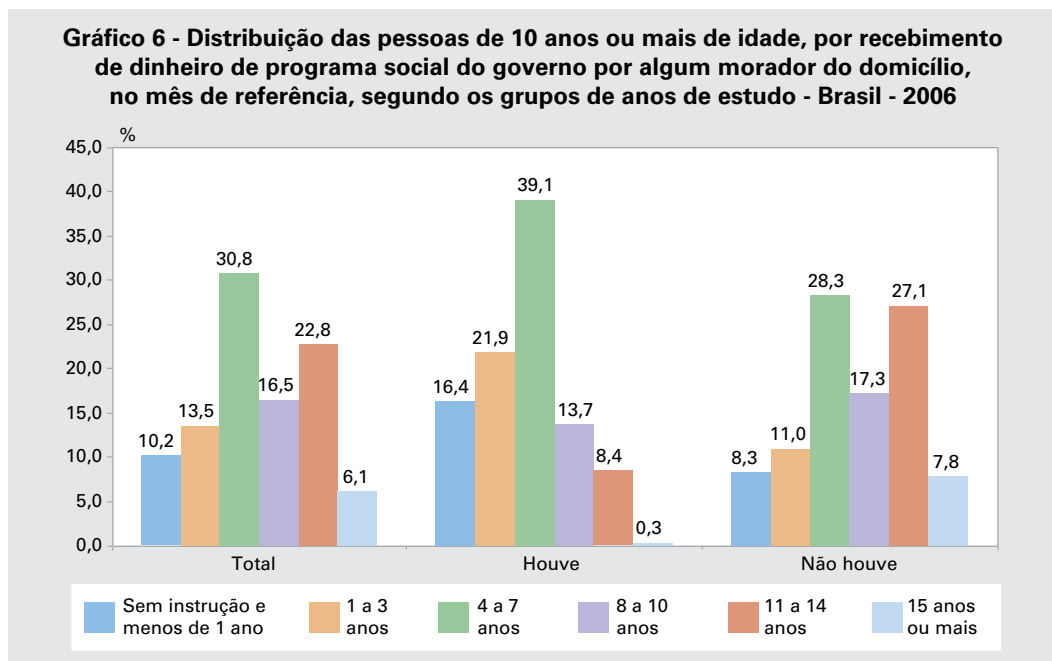
Tabela 12 - Taxa de freqüência à escola ou creche das pessoas de 0 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões e recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, segundo os grupos de idade - 2006

Grupos de idade	Taxa de de freqüência à escola ou creche das pessoas de 0 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
0 a 3 anos (1)	15,5	8,0	13,3	19,2	18,3	11,5
4 a 6 anos (1)	76,0	64,2	80,4	80,9	66,4	67,0
7 a 14 anos (1)	97,6	96,0	96,9	98,3	98,4	98,1
15 a 17 anos (1)	82,2	79,1	79,6	85,2	80,7	83,0
15 anos (1)	89,9	86,0	87,4	92,3	90,4	91,2
16 ou 17 anos (1)	78,3	75,5	75,9	81,7	75,8	78,7
Houve						
0 a 3 anos	12,8	7,9	11,9	16,9	15,0	9,0
4 a 6 anos	73,1	66,3	78,2	74,3	54,9	64,6
7 a 14 anos	97,2	96,2	97,3	97,4	96,9	97,9
15 a 17 anos	79,2	78,5	80,8	77,4	73,5	81,7
15 anos	87,6	83,3	88,2	87,9	85,4	91,1
16 ou 17 anos	74,4	75,8	76,6	71,5	66,1	76,0
Não houve						
0 a 3 anos	16,6	8,1	14,6	19,8	19,0	12,2
4 a 6 anos	77,7	62,9	83,4	83,0	70,0	67,9
7 a 14 anos	97,9	95,8	96,3	98,6	98,9	98,1
15 a 17 anos	83,6	79,5	78,2	87,2	82,3	83,6
15 anos	91,2	87,7	86,1	93,7	91,7	91,3
16 ou 17 anos	80,1	75,4	75,1	84,2	77,8	79,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência.

A taxa de frequência à escola ou creche de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade, dentre os diversos indicadores analisados, foi aquele que apresentou resultados com menores diferenças entre domicílios em que houve recebimento de programa e aqueles em que não houve. No Brasil, resultou em 97,2% para o primeiro conjunto de domicílios e em 97,9% para o segundo, o que decorre do País estar se aproximando de alcançar a universalização da frequência à escola naquela faixa etária. Em todas as regiões, essa proximidade foi observada, com destaque para o Norte e Nordeste onde, nos domicílios em que houve atendimento de programa (96,2% e 97,3%, respectivamente), essas taxas superaram ligeiramente às dos domicílios em que não houve recebimento (95,8%, na primeira região, e 96,3%, na segunda). Também, no Norte e Nordeste foram observadas outras duas faixas etárias em que a taxa de frequência escolar nos domicílios em que houve programa social superou a dos domicílios onde não houve. Na Região Norte, a taxa das crianças de 4 a 6 anos de idade foi de 66,3% onde houve recebimento e de 62,9%, onde não houve. No Nordeste, a taxa de frequência na faixa etária de 15 a 17 anos foi de 80,8%, onde houve, e de 78,2%, onde não houve recebimento de dinheiro de programa social. Nessa faixa, destacando as pessoas de 15 anos de idade, observou-se percentual de frequência à escola de 88,2% nos domicílios em que houve recebimento de programa naquela região. A taxa de frequência das pessoas de 15 anos foi de 87,7% quando a condição era inversa. Cabe mencionar que no caso do Programa Bolsa-Família, assim como do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a frequência escolar de crianças e adolescentes de até 15 anos de idade é uma das exigências colocadas para a manutenção do recebimento dos benefícios.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Quanto ao nível de escolaridade dos moradores expresso em anos de estudo, observaram-se diferenças marcantes segundo o recebimento ou não de benefícios de programas sociais. Entre os moradores dos domicílios em que houve recebimen-

to, 38,3% eram sem instrução ou tinham até 3 anos de estudo no País, enquanto entre aqueles que residiam em domicílios em que não havia programa social, esse percentual foi de 19,3%. Quando os anos de estudo superavam 10 anos (pelo menos equivalente ao ensino médio concluído), esses percentuais foram de 8,9% e 35,1%, respectivamente. Esse resultado é relacionado com o fato de que as escolaridades mais altas, em geral, correspondem aos rendimentos mais elevados.

Tabela 13 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e os grupos de idade - 2004/2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e grupos de idade	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2004						
Houve	18,2	14,8	24,1	11,0	9,2	13,6
10 a 14 anos	6,0	7,5	8,6	2,6	1,8	1,9
15 anos ou mais	21,6	17,3	28,0	13,6	11,5	16,8
Não houve	8,6	10,8	18,3	5,5	5,1	7,2
10 a 14 anos	2,4	4,9	6,9	1,0	0,8	1,1
15 anos ou mais	9,1	11,6	19,3	5,9	5,5	7,8
2006						
Houve	17,1	14,8	22,9	9,9	9,8	12,1
10 a 14 anos	5,1	6,2	7,4	2,6	1,7	1,4
15 anos ou mais	20,1	17,2	26,6	11,7	12,1	14,8
Não houve	7,3	8,4	15,9	4,9	4,5	6,1
10 a 14 anos	1,6	3,1	4,7	0,5	0,4	0,7
15 anos ou mais	7,9	9,1	16,9	5,2	4,8	6,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

De 2004 para 2006, as taxas de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes em domicílios com rendimento de programa passou de 18,2% para 17,1%. Essa redução foi observada, nas moradias com recebimento de programa, nas Regiões Nordeste (de 24,1% para 22,9%), Sudeste (de 11,0% para 9,9%) e Centro-Oeste (de 13,6% para 12,1%). Na Região Norte, essa taxa referente a pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes onde houve recebimento de benefício de programa ficou estável em 14,8% de 2004 para 2006. Apresentou aumento no Sul de 9,2% para 9,8%. De 2004 para 2006, verificam-se melhorias das taxas de analfabetismo no Brasil e regiões, em todas as faixas etárias observadas quando a condição era de não recebimento de dinheiro de programa social por algum morador do domicílio. A taxa de analfabetismo dos moradores de 15 anos ou mais de idade em domicílios em que houve recebimento foi de 20,1% em 2006. No Sul e Sudeste, foram observadas, nesse ano, as menores taxas para essa faixa etária, em torno de 12%, seguidas do Centro-Oeste (14,8%) e Norte (17,2%). No Nordeste a taxa foi a maior, alcançando 26,6%. As taxas de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade residentes em domicílios em que não houve programa foi de 7,3% no País, apresentando, também, o maior resultado no Nordeste (16,9%) e os menores no Sul (4,8%) e no Sudeste(5,2%).

Tabela 14 - Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência - 2004/2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência	Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2004						
Houve	52,1	51,5	53,6	47,7	56,6	49,5
Não houve	57,7	59,7	56,6	55,4	63,8	60,7
2006						
Houve	52,1	50,6	53,9	49,2	55,2	48,2
Não houve	58,6	59,1	57,0	57,3	63,6	60,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

A análise da inserção das pessoas no mercado de trabalho segundo as condições de recebimento ou não de dinheiro de programa social por algum morador propicia um importante campo para identificação das condições socioeconômicas das unidades domiciliares. Em 2006, o nível da ocupação dos moradores de 10 anos ou mais de idade nos domicílios do País em que houve recebimento de programa (52,1%) foi inferior ao observado se a condição era de não recebimento (58,6%). Em 2004, o nível de ocupação do primeiro conjunto foi, também, de 52,1% e o do segundo foi de 57,7%.

Tabela 15 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e os grupos de idade - 2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e grupos de idade	Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 5 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	11,5	12,4	14,4	8,4	13,6	9,9
5 a 13 anos (1)	4,5	6,1	7,3	2,1	5,2	2,7
14 a 17 anos (1)	26,9	27,4	30,3	22,3	32,7	25,8
14 ou 15 anos (1)	19,0	21,3	24,4	12,6	24,3	17,7
16 ou 17 anos (1)	34,7	33,8	36,1	31,7	40,7	34,2
Houve	14,4	13,9	16,8	10,5	16,3	10,3
5 a 13 anos	7,2	7,3	9,0	4,0	8,8	3,7
14 a 17 anos	32,7	31,3	35,5	27,5	37,8	26,5
14 ou 15 anos	25,6	25,0	29,1	18,6	31,3	18,8
16 ou 17 anos	41,2	38,8	43,1	37,9	46,1	36,4
Não houve	9,6	11,2	10,8	7,7	12,7	9,6
5 a 13 anos	2,8	5,2	4,5	1,4	3,9	2,3
14 a 17 anos	23,8	24,8	23,3	20,8	31,3	25,5
14 ou 15 anos	14,9	18,6	16,7	10,7	22,0	17,1
16 ou 17 anos	31,6	30,9	28,5	30,1	39,5	33,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência.

Entre os mais jovens, isto é, as pessoas com idade de até 17 anos, observou-se o nível de ocupação maior nos domicílios em que houve recebimento monetário de pro-

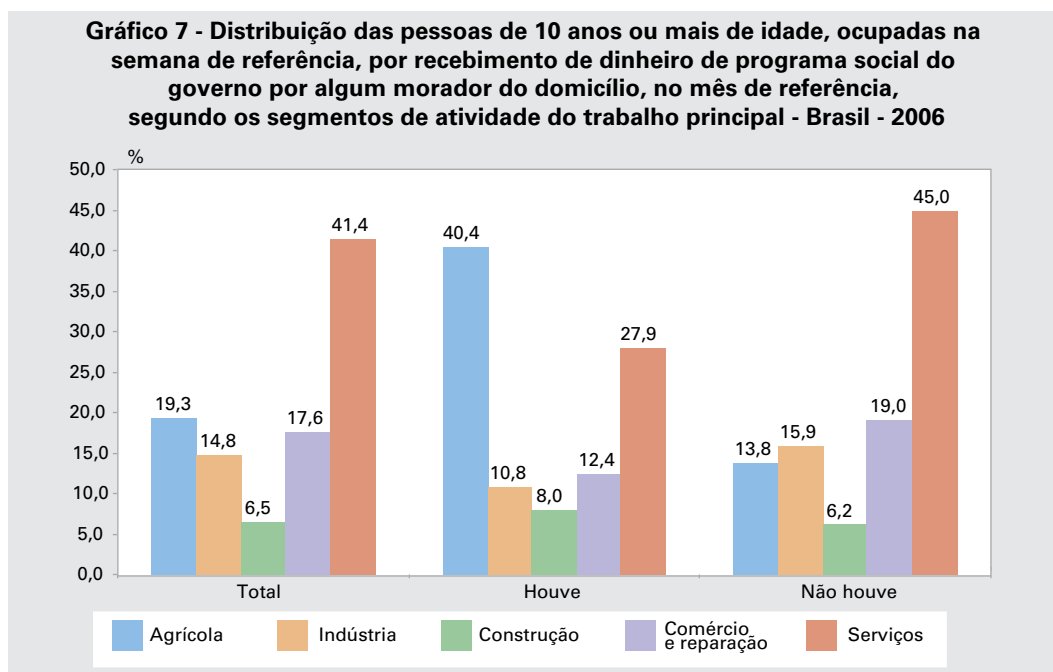
grama (14,4%) contra 9,6% observado nos demais. Esse comportamento repetiu-se nas cinco regiões, sendo que o maior nível de ocupação nessa faixa etária entre os que algum morador recebia dinheiro de programa foi maior no Nordeste (16,8%). O nível mais alto entre as moradias em que não houve recebimento foi registrado no Sul (12,7%).

Tabela 16 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e os segmentos de atividade no trabalho principal - 2004/2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e segmentos de atividade no trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2004						
Total (1)(2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola (1)	21,0	28,6	36,2	10,0	22,6	17,3
Indústria (1)	14,7	11,4	9,4	17,7	18,5	10,7
Construção (1)	6,3	6,5	5,3	7,0	5,8	7,3
Comércio e reparação (1)	17,3	17,4	15,5	18,3	17,0	19,0
Serviços (1)	40,5	35,5	33,3	46,8	36,0	45,6
Houve (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	43,7	41,5	51,4	30,4	42,7	23,8
Indústria	10,2	9,6	8,7	12,3	13,7	11,7
Construção	7,1	6,5	5,5	10,1	8,6	10,6
Comércio e reparação	11,8	13,3	11,0	13,0	11,2	13,7
Serviços	26,7	28,1	23,1	34,0	23,4	40,2
Não houve (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	15,7	25,1	26,6	8,0	19,7	16,2
Indústria	15,7	11,8	9,8	18,3	19,2	10,6
Construção	6,1	6,5	5,2	6,6	5,3	6,7
Comércio e reparação	18,6	18,5	18,4	18,8	17,9	19,9
Serviços	43,6	37,5	39,7	48,0	37,7	46,6
2006						
Total (1)(2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola (1)	19,3	22,6	33,8	9,7	21,2	16,4
Indústria (1)	14,8	14,5	9,4	17,5	18,2	11,2
Construção (1)	6,5	6,7	5,8	7,0	6,0	7,4
Comércio e reparação (1)	17,6	18,2	16,0	18,4	17,6	18,6
Serviços (1)	41,4	37,2	34,6	47,3	36,9	46,3
Houve (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	40,4	32,1	49,7	28,1	38,6	23,7
Indústria	10,8	16,3	8,6	12,3	12,8	11,9
Construção	8,0	7,7	6,0	11,2	9,8	10,5
Comércio e reparação	12,4	14,0	11,4	13,7	12,1	14,5
Serviços	27,9	28,7	23,9	34,3	26,3	39,4
Não houve (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	13,8	19,1	22,5	7,4	18,9	14,8
Indústria	15,9	13,9	10,0	18,2	18,9	11,0
Construção	6,2	6,4	5,7	6,5	5,5	6,7
Comércio e reparação	19,0	19,7	19,2	18,9	18,4	19,6
Serviços	45,0	40,3	42,3	48,9	38,2	47,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio. (2) Inclusive as pessoas com atividade maldefinida ou não-declarada.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Voltando a considerar as pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas, a maior proporção de trabalhadores na atividade agrícola foi observada, tanto em 2004, quanto em 2006, nos domicílios com recebimento de rendimentos de programas do que nos demais domicílios. Em 2006, o percentual de ocupados nessa atividade foi de 19,3% no total dos domicílios, foi de 40,4% quando a condição foi de recebimento de benefício de programa e, de 13,8% na condição inversa. Os segmentos de Comércio e reparação e o de serviços foram destaque quando não houve recebimento de dinheiro de programa, alcançando, respectivamente, 19% e 45%, em 2006, contra 12,4% e 27,9%, nos domicílios em que houve recebimento. Nas regiões esse comportamento foi o mesmo, com uma peculiaridade no Norte no que se refere às pessoas ocupadas na atividade industrial, cuja participação no total de ocupados se expandiu de 11,4% em 2004 para 14,5% em 2006 para no total dos domicílios. Essa expansão incidiu com mais força nas moradias em que houve recebimento de programa (de 9,6% para 16,3%) do que naquelas em que não houve (de 11,8% para 13,9%).

A comparação da presença das diversas posições na ocupação em 2006, segundo a condição de recebimento de programa social, aponta a predominância de empregados (59,7% diante de 42,3%) e empregadores (5,3% diante de 1,2%) onde a condição foi de não existência de transferência de rendimentos de programa. Na outra condição apresentaram percentuais mais elevados os trabalhadores domésticos (10,1% diante de 6,9%), os conta própria (24,7% e 20,3%), os não remunerados (12,6% diante de 4,3%), assim como o agrupamento formado pelos trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso (9,2% diante de 3,4%). O percentual de empregados, de 2004 a 2006, aumentou, tanto entre os domicílios em que houve recebimento quanto entre os na condição de não-existência de recebimento de dinheiro de programa e, por outro lado, o percentual de trabalhadores classificados como não remunerados, na posição da ocupação, apresentou queda nas duas condições. Esses resultados são consistentes com os resultados referentes ao questionário básico da PNAD 2006, anteriormente divulgados.

Tabela 17 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e a posição na ocupação no trabalho principal - 2004/2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e posição na ocupação no trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2004						
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	55,2	46,2	44,3	63,4	54,5	58,6
Trabalhadores domésticos	7,7	7,0	6,4	8,8	6,3	9,7
Conta própria	22,0	26,5	27,4	18,6	20,6	19,7
Empregadores	4,1	3,6	2,9	4,5	5,2	4,6
Não-remunerados	7,0	11,0	12,6	2,5	8,7	4,3
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	4,0	5,6	6,4	2,1	4,6	3,0
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Houve	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	40,6	37,3	34,5	53,8	42,4	53,0
Trabalhadores domésticos	9,4	8,5	7,0	14,2	10,1	15,3
Conta própria	25,3	27,2	28,9	18,5	21,3	19,9
Empregadores	1,2	2,1	1,1	1,1	0,8	1,2
Não-remunerados	15,6	17,2	19,5	5,9	18,1	6,0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	7,7	7,6	8,8	6,4	6,8	4,5
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2	0,1	0,1	0,2	0,5	0,2
Não houve	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	58,6	48,6	50,4	64,5	56,2	59,5
Trabalhadores domésticos	7,2	6,6	6,0	8,1	5,7	8,6
Conta própria	21,2	26,3	26,5	18,6	20,5	19,7
Empregadores	4,8	4,1	3,9	4,9	5,8	5,2
Não-remunerados	4,9	9,3	8,1	2,1	7,4	4,0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3,2	5,1	5,0	1,7	4,3	2,8
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
2006						
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	56,0	48,4	45,9	63,6	54,6	59,0
Trabalhadores domésticos	7,6	6,8	6,7	8,5	6,3	9,1
Conta própria	21,2	26,7	26,1	17,8	20,4	19,5
Empregadores	4,5	3,3	3,1	5,0	5,4	5,1
Não-remunerados	6,0	9,4	10,5	2,5	7,7	3,5
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	4,5	5,4	7,5	2,3	5,5	3,6
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1
Houve	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	42,3	38,6	36,5	53,9	41,9	53,5
Trabalhadores domésticos	10,1	8,7	7,7	13,7	12,0	15,5
Conta própria	24,7	28,9	27,6	18,9	22,2	18,7
Empregadores	1,2	1,3	1,3	0,9	0,8	1,4
Não-remunerados	12,6	14,3	16,3	5,2	14,0	4,6
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	9,0	8,0	10,4	7,1	8,9	6,1
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2	0,1	0,2	0,3	0,2	0,3
Não houve	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	59,7	51,9	52,6	64,9	56,2	60,2
Trabalhadores domésticos	6,9	6,1	5,9	7,9	5,5	7,8
Conta própria	20,3	25,9	25,0	17,7	20,2	19,6
Empregadores	5,3	4,0	4,4	5,5	6,0	6,0
Não-remunerados	4,3	7,6	6,5	2,2	6,9	3,3
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3,3	4,4	5,5	1,7	5,0	3,1
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio.

Tabela 18 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, empregadas ou trabalhadoras domésticas no trabalho principal da semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e a categoria do emprego no trabalho principal - 2004/2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e categoria do emprego no trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, empregadas ou trabalhadoras domésticas no trabalho principal da semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2004						
Houve (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	32,9	25,5	26,1	40,8	44,6	34,8
Militares e estatutários	5,4	8,1	5,8	4,6	3,0	6,7
Outro sem carteira de trabalho assinada	61,7	66,4	68,1	54,7	52,4	58,6
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	37,2	29,3	29,6	46,2	50,2	40,5
Militares e estatutários	6,6	10,0	7,0	5,8	3,8	8,6
Outro sem carteira de trabalho assinada	56,1	60,7	63,4	48,1	46,0	50,9
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	14,2	8,6	8,7	20,4	20,7	14,7
Sem carteira de trabalho assinada	85,7	91,4	91,3	79,6	79,2	85,3
Não houve (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	54,8	37,2	40,1	60,3	62,8	47,1
Militares e estatutários	11,4	16,4	14,8	9,6	10,2	15,0
Outro sem carteira de trabalho assinada	33,8	46,5	45,0	30,1	27,0	37,9
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	57,9	40,5	42,6	63,6	65,9	50,2
Militares e estatutários	12,8	18,6	16,6	10,8	11,2	17,2
Outro sem carteira de trabalho assinada	29,3	40,9	40,8	25,6	22,9	32,6
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	29,3	12,6	19,0	34,5	32,5	25,7
Sem carteira de trabalho assinada	70,6	87,4	81,0	65,5	67,4	74,3
2006						
Houve (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	35,2	28,4	25,5	45,5	48,2	42,0
Militares e estatutários	4,7	6,3	5,5	3,4	2,5	5,5
Outro sem carteira de trabalho assinada	60,2	65,3	69,0	51,1	49,4	52,4
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	40,0	32,7	29,2	51,2	56,6	48,6
Militares e estatutários	5,8	7,7	6,6	4,3	3,2	7,1
Outro sem carteira de trabalho assinada	54,3	59,6	64,1	44,4	40,2	44,3
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	15,0	9,5	8,1	22,9	18,7	19,4
Sem carteira de trabalho assinada	85,0	90,5	91,9	77,1	81,3	80,6
Não houve (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	56,8	39,4	42,9	62,1	63,3	50,7
Militares e estatutários	11,6	17,3	14,9	9,7	10,3	15,0
Outro sem carteira de trabalho assinada	31,6	43,3	42,1	28,1	26,4	34,4
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	59,7	42,1	45,5	65,3	66,1	53,5
Militares e estatutários	12,9	19,3	16,6	10,9	11,3	16,9
Outro sem carteira de trabalho assinada	27,3	38,6	37,9	23,8	22,6	29,6
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	31,8	16,4	20,3	36,4	35,2	29,0
Sem carteira de trabalho assinada	68,2	83,6	79,7	63,6	64,6	71,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de categoria do emprego.

Tabela 19 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e os grupos de idade - 2004/2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e grupos de idade	Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2004						
Total (1)(2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 19 anos	0,6	1,1	0,8	0,4	0,5	0,9
20 a 29 anos	12,8	17,1	14,2	11,0	12,2	16,3
30 a 39 anos	23,0	27,3	22,8	22,1	22,8	25,4
40 a 49 anos	23,7	22,9	21,9	24,7	24,4	23,7
50 a 59 anos	17,8	15,4	16,5	18,7	18,7	16,7
60 anos ou mais	22,0	16,1	23,6	23,1	21,4	17,1
Houve (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 19 anos	0,3	0,5	0,4	0,0	0,2	0,1
20 a 29 anos	10,9	11,7	11,7	9,4	9,4	11,1
30 a 39 anos	29,9	33,3	27,9	32,1	31,5	31,5
40 a 49 anos	27,9	27,4	26,7	30,1	30,8	25,1
50 a 59 anos	16,2	14,6	16,8	15,3	16,2	15,7
60 anos ou mais	14,9	12,5	16,6	13,0	11,8	16,4
Não houve (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 19 anos	0,7	1,3	1,0	0,5	0,5	1,0
20 a 29 anos	13,2	18,3	15,5	11,2	12,5	17,1
30 a 39 anos	21,6	26,0	20,4	21,1	21,6	24,4
40 a 49 anos	23,0	21,8	19,6	24,2	23,6	23,5
50 a 59 anos	18,1	15,6	16,4	19,0	19,0	16,7
60 anos ou mais	23,4	16,9	27,1	24,0	22,7	17,2
2006						
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 19 anos	0,6	1,0	0,7	0,4	0,5	0,8
20 a 29 anos	12,5	16,9	14,1	10,7	12,2	15,3
30 a 39 anos	22,3	27,4	22,7	21,3	21,4	24,8
40 a 49 anos	23,4	22,6	21,9	24,1	24,2	23,7
50 a 59 anos	18,8	16,0	17,3	20,1	19,8	17,6
60 anos ou mais	22,3	16,1	23,4	23,5	22,1	17,8
Houve	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 19 anos	0,4	0,5	0,4	0,4	0,1	0,3
20 a 29 anos	12,1	13,9	12,6	10,7	11,6	11,6
30 a 39 anos	29,1	30,8	27,3	31,0	30,2	30,9
40 a 49 anos	26,6	24,1	26,2	28,1	29,2	24,1
50 a 59 anos	16,6	15,0	17,6	15,8	16,6	14,8
60 anos ou mais	15,3	15,8	15,9	13,9	12,3	18,3
Não houve	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 19 anos	0,6	1,2	0,9	0,4	0,5	0,9
20 a 29 anos	12,7	17,8	14,9	10,7	12,2	16,1
30 a 39 anos	20,8	26,3	20,1	20,1	20,3	23,5
40 a 49 anos	22,7	22,1	19,5	23,6	23,6	23,6
50 a 59 anos	19,3	16,4	17,1	20,5	20,1	18,2
60 anos ou mais	23,9	16,2	27,6	24,6	23,2	17,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio. (2) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

A Tabela 18 propicia a análise da categoria de emprego dos ocupados com 10 anos ou mais de idade, classificados como empregados na posição na ocupação. Ao cotejar, em 2006, os percentuais das diversas categorias do emprego no trabalho principal entre domicílios em que houve e não houve recebimento de benefício no País, observou-se percentual mais elevados de empregos com carteira no grupo de unidades domiciliares em que não houve morador recebendo dinheiro de programa (56,8%). Essa participação, nas moradias em que existia algum morador com benefício de programa, era de 35,2%. O quadro de 2006 no País, em relação a 2004, apontou crescimento do emprego com carteira de trabalho assinada, tanto para os domicílios na condição de existência de morador recebendo programas quanto para as unidades domiciliares em que não houve. Em 2004, na condição em que houve recebimento de programa, a participação foi de 32,9% e na condição de inexistência, esse percentual foi de 54,8%. No Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, observou-se a expansão da proporção de trabalhadores com carteira assinada de 2004 e 2006, independentemente da condição da existência de recebimento de programa da unidade domiciliar. No Nordeste, no entanto, isso não se verificou naqueles domicílios em que houve benefício monetário de programa sociais, tendo ocorrido redução de 26,1% para 25,5% na proporção de trabalhadores com carteira na população ocupada da região.

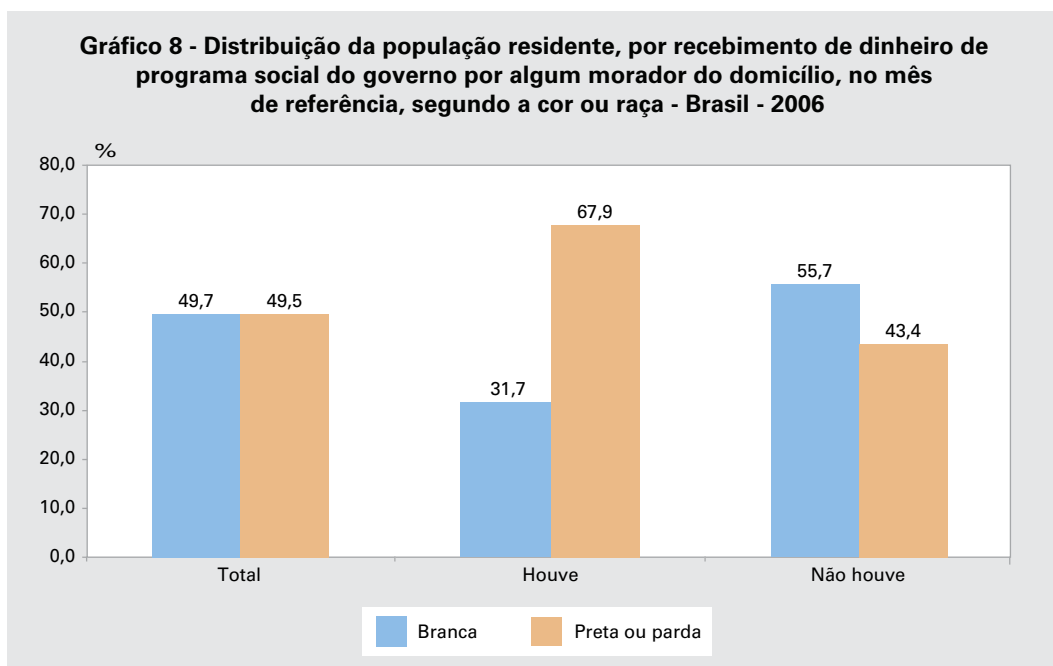
O perfil socioeconômico das pessoas de referência dos domicílios complementa de forma significativa a análise das condições de vida da população. A composição etária das pessoas de referência dos domicílios em que houve recebimento de programa social apresenta, no Brasil, concentração maior nas faixas etárias de 30 a 39 anos (29,1%) e de 40 a 49 anos (26,6%) do que quando não houve. Nesses últimos domicílios, os percentuais foram, respectivamente, 20,8% e 22,7%. Os percentuais das faixas etárias acima de 50 anos foram mais elevados quando não houve recebimento. Assim, as pessoas de referência no primeiro grupo de domicílios eram mais jovens e nas regiões brasileiras esse panorama foi similar.

Tabela 20 - Distribuição da população residente, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e a cor ou raça - 2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e cor ou raça	Distribuição da população residente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1) (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca (1)	49,7	23,9	29,2	58,8	79,6	43,0
Preta ou parda (1)	49,5	75,4	70,4	40,2	19,7	56,2
Houve (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	31,7	18,0	24,7	39,9	65,2	32,5
Preta ou parda	67,9	81,4	74,9	59,7	34,5	66,8
Não houve (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	55,7	26,6	32,8	62,0	82,0	46,0
Preta ou parda	43,4	72,7	66,7	36,9	17,2	53,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

(1) Inclusive a população sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência. (2) Inclusive a população que se declarou de cor ou raça amarela ou indígena ou sem declaração de cor ou raça.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Os domicílios em que a cor ou raça das pessoas de referência era preta ou parda, apresentavam percentuais mais elevados se a condição de recebimento de programa era positiva. No Brasil, entre os que recebiam, esse percentual era de 67,9% e nos demais domicílios foi de 43,4%. Esse panorama é similar nas regiões, ainda que os resultados tenham, também, refletido as características específicas da composição populacional regional, segundo a cor ou raça.

Tabela 21 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de referência dos domicílios particulares, de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência - 2006

Sexo e recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência	Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de referência dos domicílios particulares, de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	74,4	80,1	74,2	71,7	77,8	78,3
Houve	77,0	77,5	77,9	75,3	79,5	72,9
Não houve	73,8	81,0	72,1	71,3	77,6	79,5
Homens (1)	82,6	88,4	83,4	79,8	84,8	85,9
Houve	86,1	86,9	87,0	84,6	87,5	81,9
Não houve	81,8	88,8	81,3	79,3	84,5	86,6
Mulheres (1)	54,1	59,5	51,4	52,6	58,7	58,0
Houve	53,6	54,1	51,9	54,4	58,9	54,1
Não houve	54,1	61,3	51,2	52,4	58,6	59,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

(1) Inclusive as pessoas de referência dos domicílios sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência.

Em 2006, o nível de ocupação das pessoas de referência do total dos domicílios particulares no Brasil registrou 74,4%, sendo 82,6% o dos homens e 54,1% o das mulheres. Nas regiões o maior nível foi o do Norte, 80,1%, sendo 88,4% o dos homens e 59,5% o das mulheres. O nível de ocupação, no País, das pessoas de referência nos domicílios em que houve recebimento de programa (77,0%) foi superior ao nível de ocupação nas moradias em que onde não houve (73,8%). As Regiões Nordeste, Sudeste e Sul se comportaram como a média nacional, chamando atenção o Nordeste, que apresentou a maior diferença entre os dois níveis (77,9% e 72,1%), o que se explica pela diferença entre os níveis de ocupação dos homens (87,0% diante de 81,3%), uma vez que os níveis de ocupação das populações femininas ficaram muito próximos (51,9% e 51,2%, respectivamente). Comportamento inverso foi registrado nas Regiões Norte (77,5% contra 81,0%) e no Centro-Oeste (72,9% diante de 79,5%) onde o nível de ocupação das pessoas de referência dos domicílios onde houve recebimento de dinheiro de programa foi menor do que observado nas demais moradias.

O segmento agrícola foi o mais relevante na ocupação das pessoas de referência dos domicílios em que houve recebimento de programa, tanto em 2004 quanto em 2006, ficando em 39,6%, em 2006, quando a contribuição de pessoas de referência dos domicílios onde não houve recebimento de programa no segmento agrícola foi de 15,0% do total de pessoas de referência ocupadas. O segmento dos serviços destacadamente mais relevante se não houve remuneração de programa social. Esse quadro foi o mesmo nas regiões e repetiu o observado para o total de pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade.

A posição na ocupação das pessoas de referência apresentou, também, comportamento similar ao do total das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade. Apresentaram maiores proporções em 2006, entre os domicílios com recebimento de dinheiro de programa social, as categorias de trabalhadores por conta própria (38,3%), trabalhadores domésticos (6,8%) e o agregado das categorias de não-remunerados, trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso (5,6%). Esses percentuais, quando não havia rendimento de programas ficaram em, respectivamente 26,6%, 4,5% e 3,3%. Nos domicílios sem recebimento de programa social foram mais frequentes as categorias empregados (57,7%) e empregadores (7,9%), sendo que naqueles em que havia programa os percentuais eram de 47,1% e 2,2%.

No Brasil, da mesma forma que em 2004, a participação das pessoas de referência empregadas com carteira, naquelas ocupadas e empregadas, era maior em 2006 (62,4%) na condição de inexistência de recebimento de dinheiro de programa no domicílio. No País, houve aumento em 2006, dessa participação de pessoas de referência na categoria empregados com carteira, em relação a 2004, nos domicílios com recebimento de programa social (de 44,3% para 47,2%) e, também, nos domicílios em que não houve esse recebimento de dinheiro (em 2004, era de 61,6%). Para as pessoas de referência ocupadas como trabalhadores domésticos, foi observada redução de 21,4% para 20,2% da participação dos com carteira, em relação ao total dessa categoria. Regionalmente, nos domicílios com benefícios de programas, houve crescimento expressivo das participações dos empregados com carteira no total de empregados no Norte (de 36,1% para 40,1%), no Sudeste (de 54,2% para 58,3%), no Sul (de 56,7% para 62,3%) e no Centro-Oeste (de 48,4% para 55,2%). No Nordeste, o crescimento foi mais suave (de 35,8% para 36,1%).

Tabela 22 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e os segmentos de atividade do trabalho principal - 2004/2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e os segmentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2004						
Total (1) (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola (1)	21,0	27,0	36,2	10,9	21,7	19,9
Indústria (1)	15,4	13,2	9,4	18,9	18,8	11,0
Construção (1)	9,3	8,8	8,0	10,3	8,5	10,1
Comércio e reparação (1)	16,9	16,4	15,0	17,7	17,0	18,2
Serviços (1)	37,1	34,0	31,1	41,8	33,8	40,8
Houve (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	42,1	38,9	50,8	29,5	37,2	26,1
Indústria	10,4	11,9	8,1	12,9	13,7	12,1
Construção	11,6	10,3	9,3	15,9	13,5	14,3
Comércio e reparação	11,1	11,4	10,2	11,9	12,2	12,9
Serviços	24,4	26,1	21,2	29,5	22,7	34,6
Não houve (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	16,8	24,3	28,4	9,2	19,7	19,0
Indústria	16,5	13,5	10,0	19,6	19,4	10,7
Construção	8,8	8,4	7,3	9,7	7,8	9,4
Comércio e reparação	18,1	17,5	17,5	18,3	17,7	19,1
Serviços	39,6	35,8	36,4	42,9	35,2	41,8
2006						
Total (1) (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola (1)	19,7	21,8	33,9	10,5	21,4	18,9
Indústria (1)	15,6	15,5	9,7	18,7	18,3	11,7
Construção (1)	9,3	8,8	8,2	9,9	8,9	10,3
Comércio e reparação (1)	16,9	17,1	15,5	17,3	17,4	17,6
Serviços (1)	38,3	36,2	32,3	43,3	33,8	41,5
Houve (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	39,6	30,2	49,7	27,9	35,5	25,1
Indústria	11,1	17,6	8,4	12,7	13,5	13,5
Construção	11,9	10,9	9,2	16,0	14,9	14,7
Comércio e reparação	11,9	13,0	11,1	12,8	11,8	12,9
Serviços	25,0	27,2	21,1	30,3	23,8	33,8
Não houve (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	15,0	19,2	24,2	8,4	19,7	17,7
Indústria	16,6	14,8	10,4	19,4	18,9	11,3
Construção	8,6	8,1	7,7	9,2	8,2	9,4
Comércio e reparação	18,1	18,3	18,2	17,9	18,1	18,5
Serviços	41,4	39,0	39,1	44,8	35,0	43,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio. (2) Inclusive as pessoas com atividade maldefinida ou não-declarada.

Tabela 23 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e a posição na ocupação no trabalho principal - 2004/2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e posição na ocupação no trabalho principal	Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2004						
Houve	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	46,7	41,6	40,5	58,9	50,0	56,9
Trabalhadores domésticos	5,9	6,4	4,1	8,3	7,0	9,5
Conta própria	40,7	43,1	48,2	27,0	37,2	29,7
Empregadores	2,3	4,4	2,3	1,8	1,6	2,1
Não-remunerados	0,2	0,6	0,3	0,1	0,1	0,2
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	4,0	3,9	4,6	3,7	3,8	1,5
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,1	0,2	0,4	0,1
Não houve	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	57,3	50,5	50,3	62,1	54,2	59,7
Trabalhadores domésticos	4,2	4,4	3,5	4,8	3,1	4,9
Conta própria	28,3	36,0	35,8	23,8	29,5	26,2
Empregadores	7,3	6,6	6,1	7,3	8,9	7,9
Não-remunerados	0,3	0,2	0,4	0,3	0,3	0,4
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	2,4	2,2	3,8	1,5	3,9	0,8
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
2006						
Houve	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	47,1	43,0	40,9	57,9	48,3	57,7
Trabalhadores domésticos	6,8	6,5	4,8	9,4	8,1	10,2
Conta própria	38,3	43,3	44,9	26,5	36,2	27,6
Empregadores	2,2	2,6	2,6	1,6	1,6	2,1
Não-remunerados	0,2	0,2	0,2	0,3	0,1	0,3
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	5,2	4,3	6,3	3,9	5,5	2,0
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2	0,1	0,2	0,5	0,1	0,2
Não houve	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	57,7	52,7	52,1	62,0	53,7	58,6
Trabalhadores domésticos	4,5	4,5	3,6	5,4	3,1	4,9
Conta própria	26,6	33,8	32,9	22,5	28,1	25,6
Empregadores	7,9	6,3	6,6	8,0	9,4	8,8
Não-remunerados	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,3
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	2,7	2,3	4,1	1,6	4,9	1,6
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

Tabela 24 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, empregadas ou trabalhadoras domésticas no trabalho principal da semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e a categoria do emprego no trabalho principal - 2004/2006

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio, no mês de referência, e categoria do emprego no trabalho principal	Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, empregadas ou trabalhadoras domésticas no trabalho principal da semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2004						
Houve						
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	44,3	36,1	35,8	54,2	56,7	48,4
Militares e estatutários	6,8	10,4	6,6	6,6	4,6	7,8
Outro sem carteira de trabalho assinada	48,9	53,5	57,5	39,2	38,7	43,8
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	21,4	12,2	14,3	29,2	28,8	22,0
Sem carteira de trabalho assinada	78,6	87,8	85,7	70,8	71,2	78,0
Não houve						
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	61,6	44,7	45,8	68,0	69,5	53,9
Militares e estatutários	13,5	19,7	17,2	11,3	12,0	17,7
Outro sem carteira de trabalho assinada	24,9	35,5	37,1	20,7	18,6	28,4
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	32,9	16,7	25,0	37,9	36,3	27,1
Sem carteira de trabalho assinada	67,1	83,3	75,0	62,1	63,7	72,9
2006						
Houve						
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	47,2	40,2	36,1	58,3	62,3	55,2
Militares e estatutários	5,9	8,2	6,5	5,0	3,3	6,4
Outro sem carteira de trabalho assinada	46,9	51,6	57,5	36,7	34,4	38,4
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	20,2	11,0	11,2	28,7	25,4	25,9
Sem carteira de trabalho assinada	79,8	89,0	88,8	71,3	74,6	74,1
Não houve						
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	62,4	44,6	48,4	68,6	68,0	56,2
Militares e estatutários	14,2	21,2	17,8	12,0	12,8	18,0
Outro sem carteira de trabalho assinada	23,3	34,2	33,8	19,4	19,1	25,8
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	35,5	17,9	25,4	40,6	35,7	34,5
Sem carteira de trabalho assinada	64,5	82,1	74,6	59,4	64,3	65,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de categoria do emprego.